



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

1º Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD

Data: 29 de novembro de 2010

Horário: 9h00 até às 17h00

Local: Sede do IBAMA - Auditório 1

Av. das Nações, Setor de Clubes Norte – Brasília-DF.

PARTICIPANTES: Membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD (Lista de Presença, anexo I).

Resumo e Pontos de pauta:

O objetivo foi definir as diretrizes e a agenda de 2011 do Governo Federal para projetos contra a desertificação no Brasil. A reunião realizada, em Brasília, no dia 29 de novembro de 2010 (segunda-feira) é a terceira reunião realizada da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), tendo sido a primeira extraordinária.

Presente ao evento, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que a desertificação deve ser discutida no contexto de ações que sejam convergentes com a Política Nacional de Mudanças Climáticas, e que as medidas para conter esse fenômeno estão relacionadas às metas nacionalmente adequadas de mitigação (Namas) de gases de efeito estufa estabelecidas pelo Brasil.

"Os assuntos discutidos aqui serão estratégicos, e envolvem fontes de financiamento, alternativas tecnológicas e acordos de cooperação entre nações. É necessário que esta comissão exerça um protagonismo, possibilitando uma articulação nacional e internacional, bem como parcerias sólidas entre todos os ministérios envolvidos, sociedade civil, setor privado e instituições", disse.

Izabella Teixeira também falou sobre os principais pontos que serão discutidos na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas de Cancún, iniciada hoje no México, como metas de mitigação, fontes de financiamento, matriz energética limpa e acordos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. "Os países desenvolvidos devem financiar ou transferir recursos adicionais para as nações em desenvolvimento", destacou a ministra durante sua explanação.

Ela ressaltou que o momento exige o avanço em políticas mais "intensas" rumo à sustentabilidade e a uma economia de baixo carbono. "Tudo isso está relacionado às soluções para áreas de vulnerabilidade climática, como as regiões propensas à desertificação, ao aumento da competitividade, agendas de combate à fome e pobreza e às ações que sinalizem medidas convergentes com a mitigação de efeitos que provocam mais desertificação."

Pra o Diretor de Combate à Desertificação do MMA, Marcos Dal Fabbro, a reunião estabelece metas e agendas do Plano Plurianual (PPA) do período 2012 a 2015.

Foram discutidos o financiamento da Política de Combate à Desertificação e a proposta de criação do Observatório Nacional do Semiárido, que poderá torna-se um conglomerado de instituições e de especialistas na perspectiva de acelerar o desenvolvimento do semiárido brasileiro.

A ordem do dia:

- 1)Palavra da Presidente da CNCD, Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira;
- 2)Aprovação da Pauta;
- 3)Informes da Secretaria Executiva da CNCD;
- 4)Pontos da Pauta de Trabalho;
- 5)Encaminhamentos

Deliberações:

- 1) Discutir e Integrar as Ações de Mitigação dos Efeitos da Seca no contexto de ações que sejam convergentes com as Políticas Nacionais de Mudanças Climáticas e Biodiversidade;
- 2) Dar continuidade as propostas de integração de ações surgidas nas Reuniões da CNCD, especialmente das resultante do I ENED (articulações mais convergentes);
- 3) Focar nos assuntos estratégicos, envolver as fontes de financiamento, inovar nas alternativas tecnológicas e reafirmar e ampliar os acordos de cooperação bilaterais e multilaterais entre nações no âmbito das Convenções sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- 4) Reafirmar funções mais protagônicas e mais estratégicas do Brasil na construção de soluções para questões climáticas, de degradação e de biodiversidade no Planeta;
- 5) Manifestar ao parlamento, aos governadores e demais setores do estado e da sociedade civil as questões da desertificação, especialmente em termos de adaptabilidade, convivência e mitigação da seca e outros fenômenos extremos, delimitando as escalas reais dos problemas e suas possíveis soluções em termos de convergência às demais ações de governo;
- 6) Articular a questão da agricultura, da pequena produção ao agrorbusiness, de baixo carbono, nos termos dos acordos em andamento e, entre e dentro dos próprios ministérios, uma articulação convergente. O Ministério do Meio Ambiente deve maior esforço para a aproximação efetiva da gestão ambiental pública da gestão ambiental corporativa ou privada, inclusive em relação aos conceitos restritos de sociedade civil;
- 7) Indicar que o Brasil pode mais fazer duas coisas diferenciadas em relação aos acordos internacionais no Âmbito das Convenções: aceitar a parceria público-privada, os recursos privados são importantes para aumentar a escala, possibilitando o aumento da velocidade de implementação e a obtenção de resultados sustentáveis e; e tanto quanto aos resultados no Brasil, em relação às questões de mitigação e adaptação, como no âmbito do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, o Brasil deve ampliar o compartilhamento das experiências bem sucedidas, (DNOCS, até certo ponto, EMBRAPA e CODEVASF), em termos de segurança hídrica, complementariedade entre agricultura de em terras secas e irrigação, modernização agricultura e preservação das práticas

tradicionais, o setor elétrico, transporte, logística e, especialmente a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, com metodologias de monitoramento, avaliação;

8) Articular a questão da agricultura, da pequena produção ao agrorbusiness, o o Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca a preservação das florestas, manejo sustentável e o combate ao desmatamento;

9) Fazer gestões junto a Comissão Coordenadora do ZE-Brasil tanto em relação ao Bioma Cerrado, compromisso de decreto de realiza-los em dois anos, quanto ao da Caatinga, dado que são os dois biomas que ocupam cerca de um milhão trezentos e quarenta mil quilômetros quadrados nas áreas suscetíveis à desertificação em nosso País.

10) Ativar a Rede de Pesquisadores, instituída através de uma portaria ministerial conjunta do Ministro da Ciência e Tecnologia com o Ministro do Meio Ambiente;

11) Ativar o Sistema de Alerta Precoce -SAP, o Observatório do Semiárido e o fortalecer o INSA;

12) Reformular o conteúdo do material didático, respeitando o ser os direitos fundamentais humano, que frequentemente são agredidos pelo preconceito e desinformação ainda presente nos livros didáticos adotados e financiados pelo MEC.